

JORGE VASCONCELOS

# “NO DOMÍNIO DA ENERGIA PASSÁMOS OS ÚLTIMOS ANOS A OLHAR PARA TRÁS”

PARA O EX-PRESIDENTE DA ERSE É MAIS IMPORTANTE PREPARAR O PAÍS

PARA OS DESAFIOS DA DESCARBONIZAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO NA ENERGIA



## O que lhe parece a recente remodelação governamental com a pasta da energia a passar do Ministério da Economia para o agora denominado Ministério do Ambiente e da Transição Energética?

Pelo menos desde o Acordo de Paris, em 2015, faz todo o sentido juntar as questões da energia e clima. Aquilo que não faz nenhum sentido é mantermos, em 2018, uma visão da energia como um silo separado de outras questões, como a mobilidade, a habitação, o urbanismo, a agricultura e florestas. Também na perspectiva da Economia Circular não faz sentido, em 2018, olharmos para a energia como uma ilha isolada.

## Este Governo só agora descobriu que a transição energética é importante?

Como se diz normalmente, vale mais tarde do que nunca.

## Estamos atrasados no nosso Plano Energia e Clima?

Atrasados estamos de certeza. No mínimo desde que o Acordo de Paris foi assinado. Não há razão para este atraso a não ser a falta de vontade política de encetar e levar a bom porto esse processo. Esperemos que uma visão mais integrada das questões de clima e energia permita ter rapidamente um documento de qualidade.

## Que avaliação faz do trabalho do ex-secretário de Estado da Energia, Jorge Seguro Sanches?

Creio que passámos em Portugal os últimos anos, no domínio da energia, a olhar para trás e não para a frente. Espero que com o novo capítulo os decisores políticos finalmente assumam as consequências dos acordos e retomem um percurso de desenvolvimento do setor energético numa perspectiva de crescimento sustentável. O percurso de Portugal tem-se registado aos solavancos com alguns momentos de impulso e de grande atividade e depois com momentos de total paragem e retrocesso. Espero que se abra uma nova fase de olhar para a frente e não mais de continuar a olhar para trás.

## Quando diz olhar para trás refere-se a quê?

Repare que os últimos meses, e mesmo antes, têm sido dominados por questões resultantes de decisões que foram tomadas no passado. Em alguns casos há mais de 20 anos. Isso não faz sentido quando Portugal enfrenta os desafios que enfrenta e quando hoje na transição energética existem oportunidades que podem e devem ser aproveitadas para benefício do país. Esta fixação em decisões tomadas no passado, questionando-as quer do ponto de vista político, quer mesmo do ponto de vista jurídico, são completamente improdutivas. Esta fixação com questões que têm sobretudo a ver com contratos e com garantias de preços, assumidos no passado, não nos prepara de todo para o futuro e há muitas questões absolutamente funda-

mentais que deveriam estar a ser discutidas hoje. Há decisões que são muitas vezes tomadas de uma forma sub-reptícia sem o debate público que mereceriam e que poderão condicionar fortemente as próximas décadas na energia em Portugal.

## Fala de que decisões?

Para lhe dar um exemplo, a questão das concessões de energia elétrica em baixa tensão. É um assunto de enorme importância. Tem a ver com dimensões fundamentais da transição energética, tais como a democratização, a digitalização, a descarbonização e não temos uma estratégia coerente em nenhuma destas três dimensões e, no entanto, obrigam-se os municípios a embarcar numa aventura cujos contornos são completamente fluidos. Por que não utilizar os recursos que temos para fazer um debate político na sociedade e nas instituições, nomeadamente na Assembleia da República, sobre estas questões de futuro? Porquê criar comissões e dedicar imensas horas e recursos a estudar o que se passou há 10 e 20 anos e não dedicar o mesmo esforço a construir um futuro mais transparente e eficiente?

## Que medidas deveriam ser tomadas para dar resposta a estes desafios?

Em primeiro lugar uma estratégia de digitalização da energia. Nós somos o único país da União Europeia, e provavelmente o único país do mundo que está a proceder a uma substituição de contadores de energia elétrica sem ter uma estratégia, aliás a estratégia é não ter estratégia. Porque com este modo habitual de fazer política pública em Portugal temos uma lei da Assembleia da República que proíbe que os custos dos contadores sejam imputados aos consumidores. É uma situação completamente aberrante e absurda sem qualquer justificação técnica e económica. É uma anomalia completa também no panorama europeu.

## CONTADORES ELÉTRICOS MUDADOS ÀS ESCONDIDAS

### Deviam ser os consumidores a suportar esse custo?

A energia é consumida pelos consumidores portanto de uma forma direta ou de uma forma indireta esse custo é imputado aos consumidores. Só que está a ser de uma forma não transparente que tem prejudicado a definição e a im-

plementação de uma estratégia coerente de digitalização. Já foram mudados centenas de milhares de contadores de energia elétrica em Portugal sem que o país tenha uma estratégia para isso. Estamos além do mais a importar equipamento de contagem – o contador que foi aqui instalado há pouco tempo foi fabricado na Tunísia, há outros fabricados em Espanha – quando existe capacidade industrial em Portugal para produzir também contadores.

## E existirá tecnologia portuguesa...

Existe tecnologia, existe capacidade industrial, mas como não temos uma estratégia para a digitalização, como estas mudanças de contadores são feitas às escondidas, porque formalmente não é possível imputar os custos aos consumidores, então o preço que pagamos é, por um lado, a impossibilidade de ter uma política industrial para a digitalização da energia, a começar pelos contadores. Em segundo lugar não temos uma perspectiva de futuro no que diz respeito à evolução das plataformas informáticas que hão-de sustentar a transição energética e oferecer novas possibilidades de modelos de negócio na área da energia. Modelos de negócio que podem ser inclusivamente de caráter cooperativo porque podem não envolver fluxos financeiros, mas que podem ser baseados em partilha, em troca de recursos entre consumidores e produtores locais. Tudo isto que já está a acontecer noutros países.

## Está a falar das comunidades de energia...

Sim. Por exemplo, no nosso país não é possível. Era nestas questões que devia estar focada a nossa atenção porque são estas as questões que permitem democratizar a energia, que permitem descarbonizar de uma forma eficiente o setor da energia e que permitem, se houver aqui uma estratégia adequada, fazer com que esta transição energética, estes processos de democratização e descarbonização tenham um impacto positivo na economia e sobretudo na economia local, não tanto concentrando os recursos e o valor acrescentado nos pontos habituais que nós conhecemos do nosso litoral, mas criando essa riqueza e distribuindo-a por todo o território lá onde existem agregados familiares e empresas (ver texto na página 16).

ANA SANTIAGO

# LEI PÕE EM CAUSA “UTILIDADE DA REGULAÇÃO”

**Um dos três elementos da administração da ERSE é uma ex-adjunta do Secretário de Estado da Energia. Foi também recentemente indigitado um deputado do PS, que entretanto desistiu do lugar. Esta regulação é independente?**

Temos que distinguir entre as pessoas e as regras que estão em vigor. Independentemente das pessoas concretas que foram recentemente indigitadas temos que perceber que já há muitos anos que as alterações legislativas que foram introduzidas condicionam fortemente a independência dos reguladores e da ERSE em particular. Isso tem a ver desde logo com a integração do orçamento das entidades reguladoras no Orçamento Geral do Estado submetendo-as a toda a discricionariedade política sobretudo em períodos de contenção orçamental. É uma situação que deveria ser corrigida. Na energia foram criados mecanismos ao longo do tempo que não só constituem uma interferência naquilo que são as responsabilidades da regulação como destruíram, em grande parte, um capital de previsibilidade que tinha sido construído.

**Por exemplo?**

Quando a decisão sobre os montantes de custos de interesse económico geral a incluir nas tarifas do ano seguinte e a forma de imputar esses custos são definidas ano a ano por despacho de membro do Governo durante o verão cria-se um mecanismo de arbitrariedade e de mudança imprevisível que afeta a programação energética, nomeadamente dos grandes consumidores industriais, que têm necessidade de contratar com grande antecedência as suas necessidades de energia para o ano seguinte. Seria útil começarmos por revogar essa legislação que foi produzida ao longo da última década e que põe em causa a independência e utilidade da regulação. Uma das razões de ser da regulação é proporcionar estabilidade. Essa previsibilidade desapareceu e os atropelos sucedem-se com tentativas de introdução retroativa de impostos, interferência permanente na forma de imputar custos às tarifas, manipulação que varia todos os anos determinados parâmetros de regulação tarifária.

**Defende o reforço dos poderes da ERSE?**

O que é necessário é clarificar as responsabilidades dos vários atores e isolar o mais possível a ERSE dos atos de discricionariedade. Se a regulação já não tem condições de garantir essa previsibilidade não está a cumprir a sua missão. Não se trata de dar competências. Muitas vezes isso é até contraproducente porque se põe a regulação a tratar de questões que se calhar não necessitavam de uma presença de um regulador setorial de energia. Por exemplo, no caso do gás de botija, que é um mercado competitivo, não há razão para a ERSE se ocupar dessas questões, no entanto foram-lhe atribuídas essas missões e, tanto quanto sei, não houve um aumento proporcional dos recursos postos à disposição da entidade, o que naturalmente vai implicar a diminuição dos recursos afetos a outras áreas que são áreas essenciais da regulação de eletricidade e do gás natural.

**Deveria ter ficado na Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis (ENMC), agora Entidade Nacional para o Setor Energético (ENSE)?**

Creio que se criou um pouco a ideia de que tudo precisa de ser regulado. A regulação existe apenas para colmatar algumas falhas de mercado, mas a regulação não se substitui ao mercado. Se alguém tem como objetivo a nacionalização das empresas do setor e a abolição do mercado então coerentemente deve também defender a abolição da

regulação. Passamos a ter, como já tivemos no passado, um sistema de comando e controlo governamental, como se diz na literatura científica, sobre um setor industrial, neste caso o setor energético. Se aceitamos a utilidade de um mercado, com as suas imperfeições, não podemos asfixiá-lo permanentemente.

**Enquanto presidente da ERSE teve a possibilidade de emitir pareceres que são não vinculativos e portanto podem não ser levados em conta. Concorda que assim seja?**

Por definição a regulação é qualquer coisa de muito setorial. Aquilo que uma entidade reguladora deve fazer está nos seus estatutos e que tem que ver essencialmente, numa perspetiva de economia de mercado, com a regulação das condições de acesso e das tarifas de acesso à infraestrutura em regime de monopólio. Depois há toda uma série de questões que tem que ver com política energética, com política integrada de energia e clima, entre outras questões. O Governo e o Parlamento podem entender que seja útil ouvir a entidade reguladora.

**Mas apenas ouvir?**

Sim. Não faz sentido que uma entidade reguladora se substitua aos órgãos de soberania. Uma entidade reguladora apenas regulamenta aquilo que está previsto no quadro legislativo. E por isso, da mesma forma que é bom que o legislador não interfira na ação da regulação, também a regulação não deve interferir na legislação, deve interferir no processo de formação das decisões de políticas públicas nestas áreas.

**Faz sentido, até por questões de soberania nacional, como defendem alguns, que seja uma empresa de capital maioritariamente estrangeiro a propor o Plano de Investimentos da REN?**

Faz sentido que seja uma empresa a fazer uma proposta inicial e que seja o regulador a decidir se aceita ou não essa proposta inicial e que tipo de alterações introduz nessa proposta. Aquilo que não faz sentido nenhum é a situação que temos atualmente em Portugal, em que o Parlamento e o Governo decidem os investimentos que são feitos nas infraestruturas de transporte de eletricidade e gás natural. Não me parece que deva ser um decisor político, o Parlamento ou o Governo, a decidir se a tradução operacional daquelas políticas públicas passa pela construção de duas linhas de 50 MW ou de uma linha só de 75 MW. Aí entramos num terreno técnico-económico e é para isso que existem entidades reguladoras, que têm a capacidade de um diálogo técnico, com as empresas operadoras dessas infraestruturas.

## A DÍVIDA TARIFÁRIA FOI UM DECISÃO POLÍTICA

**Esteve 10 anos na ERSE e afastou-se por causa de um aumento de tarifas que se perspectivava. O Governo de então não aceitou reflectir isso na fatura e quis incorporá-la no défice. No fundo os políticos ao tomarem a decisão de não aumentar a tarifa regulada estão também a contribuir para o aumento do montante que é o défice tarifário...**

A dívida tarifária resultou exactamente da imposição de preços administrativos em vez de permitir que as tarifas refletissem os custos. Foi uma decisão política que resultou desse primeiro passo, dado no final de 2006, e que depois se repetiu sucessivamente. Foi isso que levou ao meu pedido de demissão porque entendi que era uma interferência política

na regulação. Na altura alertei para o impacto que essa decisão iria ter sobre os consumidores e nomeadamente para a criação de uma dívida tarifária que teria que ser suportada pelos consumidores, como foi.

**Mas na altura o aumento que se perpetivava era na ordem dos 15 por cento. Não seria uma subida demasiado drástica?**

Nós assistimos a aumentos, ainda este ano, de 35 por cento, 20 por cento, 25 por cento, em vários países. Não há nenhuma razão para que se houver uma subida de custo as tarifas não subam da mesma forma. A alternativa que foi encontrada foi esta da criação de uma dívida tarifária, cujos custos financeiros são suportados pelos consumidores, portanto se fizermos as contas verificamos que os consumidores saem a perder. Quem sai a ganhar é a banca.

**Acredita que, tal como está a ser desenvolvida, a Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendimentos Excessivos aos Produtores de Eletricidade, será uma iniciativa útil?**

Espero que sim, mas preferia ver o Parlamento a discutir as questões do futuro e não as questões do passado.

**Na sua perspetiva não se justifica estar a repisar o tema que está muito debatido porque considera que a “História só se corrige no futuro e não no passado”. Quando utiliza essa expressão que medidas tem em mente?**

Antes de mais temos que aprender com as lições do passado e tentar não cometer tantos erros no futuro. Repare na questão que é aparentemente o tema central dessa comissão parlamentar de inquérito que são os CMEC [Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual]. Os CMEC foram feitos sem qualquer forma de diálogo entre o Governo da altura e os produtores de energia elétrica que tinham os contratos de aquisição de energia. Essa não pode ser uma forma de fazer política. Não compreendo que na altura não tenha havido na sociedade civil, e sobretudo nas instituições, a começar pela Assembleia da República, uma intervenção no sentido de obrigar o Governo a um debate público sobre essa questão. Quando vejo aquilo que está agora a acontecer, como estão a ser tratadas as questões da digitalização da energia, da baixa tensão, vejo que não aprendemos nada com o passado. Continua-se a permitir que um responsável governativo decida por despacho, por portaria, coisas que vão afetar durante décadas o futuro dos portugueses sem que haja um debate público sério. Houve sessões públicas sobre a delimitação das zonas de concessão, mas isso é uma caricatura. Reduzir uma questão tão importante à escolha entre quatro ou cinco zonas é demagógico. É falhar completamente o essencial.

**E em relação à decisão dos CMEC em si?**

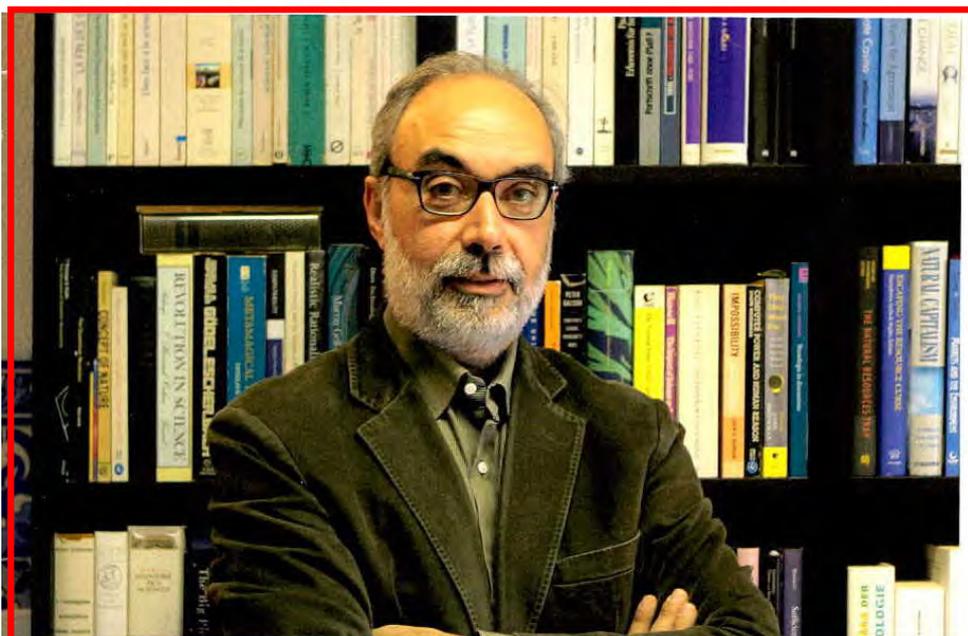
Aquele modelo de cessação dos CAE [Contratos de Aquisição de Energia] e de introdução do regime dos CMEC, é uma solução discutível e enquanto presidente da ERSE discordei daquela opção. Propusemos alternativas. Houve um período em que foi possível um debate. Para mim não faz qualquer sentido questionar 14 anos depois aquela decisão política. É um exercício bastante fútil estarmos hoje a discutir decisões políticas muitas vezes ignorando em grande parte o que era o contexto da época e tentando avaliar aquelas decisões à luz da informação que temos. Aquilo que faz sentido hoje, do meu ponto de vista, é a discutir como é que vamos reformar os mercados da energia

# água & ambiente

O JORNAL DE NEGÓCIOS DO AMBIENTE • ENERGIA | RESÍDUOS | ÁGUA

DIRETOR: FERNANDO SANTANA | NOVEMBRO | DEZEMBRO 2018 N.º 225 BIMESTRAL ANO XX | ASSINATURA ANUAL 105 EUROS - PREÇO AVULSO 20 EUROS

TUDO O QUE A VALORPNEU FAZ, FAZ BOM AMBIENTE



## ENTREVISTA

Págs. 11 e 12

**JORGE VASCONCELOS**

## “NO DOMÍNIO DA ENERGIA PASSAMOS OS ÚLTIMOS ANOS A OLHAR PARA TRÁS”

PARA O EX-PRESIDENTE DA ERSE URGE PREPARAR O PAÍS PARA A DESCARBONIZAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA ENERGIA

**13º EXPO CONFERÊNCIA DA ÁGUA**  
REUTILIZAR, REABILITAR E REORGANIZAR

**PARTICIPE NO DEBATE SOBRE O FUTURO DO SETOR**



21 E 22 DE NOVEMBRO DE 2018

Pág. 4 a 7

### ÁGUA

**ESCARSEZ: REGIÃO DE VISEU DESISTE DA AGREGAÇÃO E PERDE ACESSO A FUNDOS**

Pág. 8 a 10

### #ENERGIA

**O FUTURO DA ENERGIA JOGA-SE NA DIMENSÃO LOCAL**

Pág. 16

### RESÍDUOS

**SISTEMA PAYT A PARTIR DE 0,10€ POR SACO COM ETIQUETA**

Pág. 26

### FÓRUM DA ENERGIA

Págs. 18 e 20

EDUARDO OLIVEIRA FERNANDES AFIRMA, NO FÓRUM DA ENERGIA, QUE EM PORTUGAL HÁ ESCOLAS ONDE OS ALUNOS ESTÃO SUJEITOS A NÍVEIS DE CO<sub>2</sub> “ACIMA DOS LIMITES ACONSELHADOS”. UMA CONSEQUÊNCIA DO PROJETO DE RENOVAÇÃO DAS ESCOLAS NACIONAIS LIDERADO PELA PARQUE ESCOLAR, OLIVEIRA FERNANDES PERGUNTA A QUEM CABE VIGIAR SITUAÇÕES COMO ESTA.

**#ENERGIA** REPORTAGEM Págs. 14 e 15

## ILUMINAÇÃO PÚBLICA

COMO RECRIAR A CIDADE



**RESÍDUOS** ESPECIAL Págs. 34 a 41

## RECOLHA DE RESÍDUOS

ACCELERAR A FUNDO PARA 2020



**ÁGUA** ESPECIAL Págs. 52 a 60

## QUALIDADE DA ÁGUA

REABILITAR PARA MANTER A EXCELÊNCIA



## RIR - RECOLHA INTELIGENTE DE RESÍDUOS

Sistema de gestão inteligente de recolha que elabora e otimiza as rotas de recolha de RSU em **TEMPO REAL**



Redução de 50% no número de visitas aos contentores.



Redução de 50% no tempo gasto nas rotas.



Redução de 60% dos quilómetros percorridos nas recolhas.

- ✓ Otimiza as Rotas de Recolha em Tempo Real
- ✓ Promove as Smart Cities
- ✓ Reduz custos operacionais



Atlas Seis Lda.  
Rua Alfredo da Silva, 2 B - Abóboda  
2785-656 S. Domingos de Rana - Portugal  
Tel.: +351 219 258 292 | comercial@atlasseis.com  
[www.atlasseis.com](http://www.atlasseis.com)